



SINDICATO RURAL DE MARINGÁ

Nossa Missão: Representar, defender, informar, capacitar e orientar, prestando serviços com excelência aos produtores rurais de Maringá e região, de forma legítima, integrada e sustentável.

www.sindrural.com.br

Maio a Agosto de 2012



FALA, PRESIDENTE

Com a palavra, Borghi

Pág. 2

INTERNET

Bem vindos ao novo portal do Sindicato Rural

Pág. 2

AGRONEGÓCIO

Como tomar as decisões certas no negócio rural

Pág. 4

MEIO AMBIENTE

Tire todas as dúvidas sobre o novo Código Florestal

Pág. 16



EMPREENDEDORISMO RURAL

Sítio do Lelo. Ou melhor, Laticínio Cathedral

Pág. 11

ADMINISTRAÇÃO RURAL

Gerenciar produção, caminho para o lucro

Págs. 9 e 9

JUSTA HOMENAGEM

Micheletto: a luta continua

Pág. 12

MULHERES RURAIS

Valorizar sempre!

Pág. 15



FALA, PRESIDENTE

José Antônio Borghi

Momentos de perdas, conquistas, tristezas, alegrias, lutas, muitos desafios a serem vencidos com união, raça e determinação. Assim é a vida e, quem pensar o contrário, comete o autoengano e, involuntariamente, engana a outros. Ainda bem que a vida é assim senão não existiriam esperança, projetos de vida, vitórias, derrotas. Tudo é sal para temperar a vida. São a dinâmica e a beleza da vida que pulsam em cada coração.

Pena que o coração do inesquecível deputado federal, Moacir Micheletto, que era um pouquinho de cada um de nós, produtores rurais, já não bate mais. Ficam seu exemplo de vida e a nossa contrapartida de que devemos continuar a luta por ele liderada em defesa de todos nós, especialmente de quem produz alimentos. O mais paranaense dos catarinenses já vem fazendo uma falta... Nesta edição, uma homenagem que reflete, acima de tudo, a nossa gratidão.

Nesta edição recheada de matérias para todos os gostos, espaço para o vai-e-vem do novo Código Florestal. No começo deste mês, quando do fechamento da edição, a Câmara Federal

já aprovara o novo texto que, cá entre nós, fica mais ou menos nos moldes de quem defende a agricultura sustentável: aquela que combina produção com defesa dos recursos naturais. E tem gente mais interessada em preservar solo, água, matas e ar do que o agricultor que convive diariamente com a natureza? E faz dela sua parceria maior para garantia de – indispensáveis – boas colheitas? Mas, acontece que a presidenta Dilma Rousseff deveria vetar alguns artigos aprovados e que não agradaram os “ambientalistas”.

Quer bons motivos para mergulhar na leitura deste companheiro do produtor rural que é o jornal do Sindicato Rural? Eis alguns temas disponíveis:

- Até julho, devolução obrigatória de agrotóxicos proibidos por lei
- Administração Rural: Gerenciamento da produção, caminho único para o sucesso da atividade rural
- Análise do solo: maior produtividade, fim do desperdício
- Gratidão - Moacir Micheletto: a luta continua
- Entrevista Como fazer as escolhas certas na condução do negócio rural
- Negócio Rural - Caminhos e ferramentas gerenciais para melhorar resultados na propriedade rural familiar



- Empreendedorismo Rural - Sítio do Lelo. Aliás, Laticínio Cathedral

- Mulheres rurais. Valorizar, sim senhor!
- Orientação jurídica importante sobre dívidas rurais. Especialista e advogado Fábio Lamônica

Ah! Tem também a apresentação do novo e eficiente portal www.sindrural.com.br

José Antônio Borghi – presidente do Sindicato Rural de Maringá

Bem-vindos ao novo portal do Sindicato Rural de Maringá

O seu www.sindrural.com.br está de cara e conteúdo novos

O novo visual do endereço eletrônico do Sindicato Rural de Maringá, que facilita buscas e apresenta inovações, está no ar desde o último dia 26. Segundo o presidente José Antônio Borghi, a proposta é consolidar o site como uma indispensável ferramenta de consultas diárias para que os associados, produtores rurais e outras pessoas envolvidas com interesse no setor rural, nele encontrem respostas eficientes para tomada de decisões competentes e informações.

O www.sindrural.com.br tem links para: boletim diário, mercado físico, índice de preços, câmbio, mercado futuro, indicadores econômicos. A todo momento, são atualizadas notícias do agronegócio. O endereço traz também audios e vídeos do setor agropecuário, todos os arquivos do jornal do Sindicato Rural de Maringá, agenda e imagens de



curso do Senar-PR, cursos on line EAD/SENAR, previsão do tempo.

Ah! Quem quiser se comunicar com o

Sindicato pode optar pelas seguintes alternativas: Fale Conosco, Chat Online, redes sociais ou pelo telefone (44) 3220-1550.

JORNAL DO

EDIÇÃO ESPECIAL – MAIO A AGOSTO/2012

Produção e Edição
jornalista Luiz Carlos Rizzo
Assistente de produção: Cristina Barbosa
Editoração: Andréa Traqueta
Coordenação geral: Valdecir Mokwa e Alessandro Carreira
Revisão Final: Ivoneti Catharina Rigon Bastiani
E-mail: luizcarlos.rizzo@gmail.com
Impressão: O Diário do Norte do Paraná
Fotos: Arquivo Sindicato, Divulgação e Agência Estadual de Notícias
Tiragem: 3.000 exemplares

DIRETORIA DO SINDICATO RURAL DE MARINGÁ

GESTÃO 2010/2013

EFETIVOS

PRESIDENTE:
José Antônio Borghi

1º VICE-PRESIDENTE
Antônio de Souza Gomes Neto
2º VICE-PRESIDENTE
Júlio Azevedo da Rocha
3º VICE-PRESIDENTE
João Batista Versari

SECRETÁRIA
Hasue Komura Ito
2º SECRETÁRIA
Milton Fujii
TESOUREIRO
Marco Bruschi Neto
2º TESOUREIRO
Ivaldo de Oliveira

CONSELHO FISCAL
Antonio Carlos Marcolli
Ivoneti Catharina Rigon Bastiani
Ivaldo Meneguette

SUPLENTE DA DIRETORIA
1º. Élio Ramos
2º. Carlos Amarildo Polotto
3º. Walter Garcia de Oliveira
4º. João Pedro Volpato
5º. Antonio Molonha
6º. Valdemir Dolfini
7º. João Aparecido Bortolasci
8º. José Carlos Visioli

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
Luiz Carlos Dias
Antonio Campagnoli
Sidney Meneguette

DELEGADO REPRESENTANTE
José Antônio Borghi

SUPLENTE DE DELEGADO
Ágide Meneguette

PROJETO

Produtor rural receberá para preservar mais

Os produtores rurais paranaenses que mantiverem índices de conservação da vegetação nativa acima do determinado por lei serão compensados financeiramente segundo projeto em estudos pelos deputados estaduais. De autoria do governador Beto Richa, a proposta visa conservar a biodiversidade.

Atualmente, é obrigatório que sejam mantidos 20% da propriedade com mata nativa. Para ter direito ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), as áreas conservadas devem ser registradas em um cadastro do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

O produtor também precisará apresentar certidões negativas de débitos ambientais e a averbação das áreas na matrícula do imóvel. Em caso de áreas urbanas, o terreno deve estar em concordância com o Plano Diretor Municipal.

Porém, a compensação financeira será suspensa imediatamente se o beneficiário cometer algum dano ao meio ambiente de sua propriedade. A fiscalização será realizada pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná. Caberá ao órgão governamental visitar às propriedades contempladas para avaliar o desempenho e avanços ambientais.

Justa compensação financeira

O presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, considera o pagamento por serviços ambientais

Acesso Rural
Anuncie e faça os melhores negócios rurais
www.acesorural.com.br
Michel: (44) 9821-9258



algo muito justo. “Afinal, preservar matas nativas acima dos índices exigidos por lei é contribuir individualmente, por parte do agricultor, para que toda a sociedade seja beneficiada. Além disso, áreas adicionais de matas nativas significam áreas a menos de produção de alimentos, o que interfere na receita financeira. Na prática, trata-se de um serviço ambiental que o produtor rural faz e, portanto, precisa ser remunerado”.

O presidente da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette, assegura que muitos países já aplicam essa legislação ambiental compensatória. A entidade ruralista participou com sugestões para a elaboração da proposta da legislação estadual.

Crêterios de pagamento

Os critérios para estabelecer o valor do financeiro serão baseados no tamanho do imóvel, da área de cobertura vegetal nativa conservada e a região onde estiver inserida a propriedade. O benefício será pago em dinheiro e a equação para definir os critérios será regulamen-

tada por decreto governamental até 90 dias após a legislação entrar em vigor.

Os recursos para o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) virão de Fundos Estaduais. O dinheiro será destinado ao Biocrédito, mecanismo criado para agregar os recursos públicos e privados voltados ao estímulo às ações de preservação.

cocamar
Confiança, segurança e resultado.
www.cocamar.com.br

Stand do Sindicato na Expoingá com muitas novidades

Você, com certeza, vai estar na Expoingá neste ano. Então, fica o convite para visitar o stand do Sindicato Rural de Maringá, que todos os anos participa de um dos maiores eventos agropecuários do Paraná.

Estarão presentes os três bonecos do programa Agrinho. Nossos colaboradores, é claro, ficarão à disposição para atender a todos muito mais do que com cafezinho: informações, disponibilização de serviços e orientações em todas as áreas da atividade agropecuária.

Durante os onze dias da Expoingá, o Sindicato Rural de Maringá, em parceria com o Senar, promoverá 10 cursos de aprimoramento profissional nas mais diversas áreas da agricultura e pecuária.

E quem visitar o stand do sindicato sairá com muitas informações, satisfeito pela alta qualidade do atendimento e jamais de mãos vazias: poderá levar o mais recente exemplar do jornal do Sindicato Rural, um companheiro do agricultor. E de quem vive na cidade. Tem notícias do negócio rural, reflexões sobre a vida que deve ser norteada por felicidade, revisões, caminhar juntos...



ENTREVISTA

Como fazer as escolhas certas na condução do negócio rural

P-O produtor rural enfrenta muitos desafios: dependência do clima, riscos altíssimos, trabalho disperso e ao ar livre, estacionalidade da produção, dependência de condições biológicas, produtos perecíveis, tempo de produção maior que o tempo de trabalho. Diante de tantos obstáculos, como ele deve planejar a tomada de decisões?

R- Os efeitos dessas características, isoladas ou em conjunto, são mais prejudiciais do que benéficos. O administrador rural precisa encontrar alternativas eficientes para assumir ações administrativas eficazes capazes de diminuir esses efeitos.

P- Como?

R- Ele precisa conhecer claramente quais são os objetivos gerais e específicos da empresa rural. Os objetivos gerais são definidos pelo proprietário e se referem à empresa como um todo e os específicos se relacionam às diversas áreas funcionais da empresa e devem ser integrados entre si.

P- Qual a etapa seguinte?

R- Após conhecer claramente esses objetivos, o administrador rural precisa estabelecer estratégias, mobilizando todos seus recursos, analisando e identificando as oportunidades e ameaças do ambiente e os pontos fortes e fracos de sua propriedade rural. É necessário planejar antes de agir.

P- O que é planejar numa propriedade rural?

R- Numa propriedade rural, planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito, levando-se em conta as condições da

propriedade rural e do contexto da mesma. Todo planejamento deve ser bastante flexível para atender às constantes mudanças que ocorrem, não somente nas condições internas da empresa rural, como também nos ambientes: geral e operacional.

P- Quais as bases de um planejamento estratégico?

R- O planejamento estratégico prevê a ação da empresa em face às variáveis do ambiente e deve efetuar uma análise global que considere todas as explorações, atuais e futuras, e as possíveis interrelações entre elas. O planejamento gerencial procura articular o planejamento estratégico com a sua execução. E o planejamento operacional se volta às condições internas da empresa, geralmente em curto prazo.

P- Seria a visão holística ou integral da atividade?

R- Sim. O administrador rural deve tomar decisões no sentido de fazer toda a propriedade rural funcionar, visando alcançar seus objetivos e, acima de tudo, sobreviver e se desenvolver. Quando ele alcança os objetivos propostos, consegue não somente visualizar os aspectos internos da propriedade rural, como também, identificar e agir, quando possível, sobre as variáveis do ambiente. Atuando dessa forma, ele consegue resolver os problemas corriqueiros e os de grandes repercussões. A solução dos problemas pode ser alcançada com a utilização das habilidades que são a transformação de conhecimentos em ações.

P- Quais são essas habilidades?

R- Elas não são necessariamente inatas às pessoas, mas podem ser desenvolvidas. São divididas em três categorias:

a) **habilidade técnica** – é o conhecimento técnico especializado utilizado no processo produtivo. Exemplos: preencher instrumentos de controle, colher e beneficiar produtos e regular uma plantadeira ou colheitadeira; b) **habilidade humana** – é a capacidade das pessoas trabalharem umas com as outras. É facilitada pela comunicação clara e bilateral e pela descrição das tarefas; c) **habilidade conceitual** – é a capacidade que o administrador rural tem de visualizar a sua propriedade como um subsistema, composto por partes que se interrelacionam

entre si, e também, com um sistema maior, que são os ambientes operacionais em geral. Essa habilidade se apresenta quando o administrador rural percebe a hora de vender, o que explorar e as tendências de mercado.

P- E quando surgem aqueles enormes problemas?

R- Aí o administrador rural precisa colocar em prática as suas habilidades para facilitar o seu processo decisório. A primeira exigência é a identificação do problema que pode assumir várias formas. Se os tipos de problemas são variados, assim serão também os modos de resolvê-los. Se complexos, exigem ser resolvidos por partes no processo de tomada de decisões. Neste caso, avança-se passo a passo.

P- Existe uma forma de dividir os problemas e as decisões da propriedade rural?

R- Com certeza. Problemas e decisões podem ser classificados em:

a) **estratégicos** – são aqueles que envolvem a empresa como um todo: seus objetivos, seus recursos de produção e outros mais; b) **gerenciais** – são os referentes à definição da tecnologia, orçamento, locação de benfeitorias e áreas de exploração, dentre outros; c) **operacionais** – são específicos, referindo-se, por exemplo, à quebra de uma máquina, à necessidade de compra ou de realização de determinado serviço.

P- E quando existe mais de uma solução para o mesmo problema, com qual ficar?

R- A busca de alternativas para os problemas é a fase que exige mais tempo de um administrador rural e a que mais contribuirá para uma decisão acertada. Elas devem ser mais detalhadas possíveis e sempre com informações a respeito dos custos e benefícios de cada uma.

P- O que fazer em cada situação?

R- Se o problema é estratégico as alternativas serão buscadas no ambiente da própria propriedade rural, onde o administrador rural deverá identificar todas as oportunidades e ameaças que poderão interferir ou influenciar no problema. Se o problema é gerencial ou operacional as alternativas estão contidas basicamente na tecnologia e na própria estrutura e recursos da propriedade rural (físicos, humanos e materiais).

De acordo com Luiz Carlos de Araújo*, mestre em economia empresarial, tomar decisões pequenas, médias ou grande possui impacto direto – positivo ou negativo – na condução do negócio rural pela sua própria vulnerabilidade perante mercados que impõem preços nos custos e na comercialização das safras. Nesta entrevista, eis a um roteiro para que a decisão seja satisfatória Luiz Carlos Rizzo

P- Como encaminhar a solução?

R- Tendo o administrador rural as alternativas de solução de um problema, é necessário agora analisar qual delas será a melhor tomada de decisão. É interessante escrever cada alternativa e fazer as análises econômicas, técnicas, financeiras, sociais, políticas e legais de cada uma delas. O administrador tem que ficar sempre atento com as variáveis ambientais que podem influenciar na sua decisão. É preciso valer de todas as técnicas de decisão, de programação e de avaliação existentes.

P- Na hora H, o que fazer?

R- Depois de levantadas e analisadas todas as alternativas, é necessário escolher uma delas. O processo é progressivo, passo a passo, mas chega um momento que é preciso escolher entre as alternativas levantadas. Esse é o ponto-chave na tomada de decisão. Depois de escolhida a alternativa e tomada a decisão, a preocupação agora é com as medidas ou procedimentos que o administrador tem que tomar para sua execução. É necessário um plano de ação, onde devem ser programadas todas as tarefas e operações a executar, relacionando os responsáveis para cada uma, com prazo de início e término.

P- Parecem decisões isoladas... E os envolvidos na solução?

R- Fundamental que o administrador rural, em todo esse processo, explique para todos os envolvidos na execução do trabalho porque foi escolhida aquela decisão e porque tal linha de ação foi adotada. Assim, facilitará o apoio e consequentemente a execução do trabalho. Cumprindo cada etapa aqui apresentada, o administrador rural terá maior chance de alcançar o sucesso nas suas tomadas de decisões.

Quem é Luiz Carlos de Araújo

Mestre em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes - RJ. Pós-graduado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá - RJ. Pós-graduado em Gestão da Administração Pública pela Universidade Castelo Branco - RJ. Pós-graduado em Gestão Agroindustrial pela Universidade Federal de Lavras - MG. Pós-graduado em Corporate Finance (com ênfase em Gestão Bancária) pela Brazilian Open University. Graduado em Administração de Empresa na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha, Espírito Santo.

Autos de infração ambiental são divulgados em site oficial

Além do compromisso preservacionista, os produtores rurais possuem a partir de agora mais um motivo para não cometerem irregularidades de caráter ambientalista. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) passou a divulgar – em seu site – a partir de abril os autos de infração lavrados pelo órgão. A medida atende ao Artigo nº 122 do Decreto Federal nº 6514 de 22 de junho de 2008, que determina que os órgãos ambientais estaduais tornem pública a relação de processos administrativos de autos de infração ambiental aptos para julgamento.

Os notificados contam com prazo de 10 dias, a partir da data da divulgação, para apresentar junto ao IAP a defesa, pagar a multa à vista (com 30% de desconto) ou firmar com o órgão um Termo de Compromisso de Restauração, se couber na ação. Todos os processos estão disponíveis para consulta dos autuados e seus procuradores no Departamento

de Documentos e Informações (DDI), na sede do Instituto.

Tramitação legal

Após esse prazo, com ou sem a manifestação dos autuados, os processos serão encaminhados para deliberação e, posteriormente, encaminhados para cobrança do processo administrativo e oficialização ao infrator. Na falta do pagamento da multa, o processo será encaminhado para inscrição em dívida ativa e execução fiscal.

Para a chefe do DDI, Luzia Kurzlop Brunkow, a publicação dos editais deve facilitar o processo de deliberação dos autos de infração. “Com a publicação dos editais, haverá uma agilidade na tramitação do processo administrativo dentro da Instituição, facilitando o acompanhamento pelo infrator das autuações que serão encaminhadas para deliberação e cobrança”, afirma.



Independentemente da publicação do Edital, qualquer autuado poderá se dirigir ao Escritório Regional mais próximo e solicitar o pagamento de seu auto de infração à vista ou solicitar o parcelamento da multa em até 12 vezes, com

juros. Mesmo após o encerramento do processo administrativo, os autuados ainda podem responder por processos criminais instaurados pelo Ministério Público Estadual ou pelas delegacias de meio ambiente.

O Sicredi quer cooperar e crescer com você na Expoingá 2012!

O Sicredi preparou um espaço moderno, amplo e confortável para receber você e toda a sua família na Expoingá. No estande da cooperativa você pode concorrer a brindes, conhecer todos os benefícios oferecidos aos associados e ainda tem a chance de realizar os planos de crescimento para o seu negócio. São condições especiais de crédito para agropecuária, compra de máquinas, tratores, implementos, carros e muito mais. **Visite a Expoingá de 10 a 20 de maio e conheça de perto a força que o Sicredi tem a oferecer.**

40 anos
EXPOINGÁ
2012
10 a 20 de Maio

2012
Ano Internacional das
Cooperativas

SICREDI
Gente que coopera cresce.

AGROTORRES
Consultoria Agrícola

Planejamento e Assistência Técnica Agrícola e Florestal

Paranavaí-PR

Fones
(44) 3424- 6662 e
(44) 9974-9039



VISÃO JURÍDICA

Governo Federal prorroga dívidas de produtores

Fábio Lamônica Pereira
Advogado em Direito do Agronegócio

O número de municípios atingidos pela severa estiagem e que contam com Portaria de reconhecimento pelo Governo Federal é assustador. Segundo os dados constantes do site da Defesa Civil (www.defesacivil.org.br - até março/2012), os números são os seguintes: Paraná: 137, Santa Catarina: 72 e Rio Grande do Sul: 340.

O Governo Federal divulgou recentemente as regras que permitem a prorrogação de dívidas relativas a custeio e investimento de produtores que tenham implantado suas lavouras em áreas que tenham sido atingidas pela última estiagem. Os benefícios são tanto para dívidas contraídas junto a instituições financeiras quanto com cooperativas agropecuárias.

Inicialmente deve-se destacar detalhe constante da redação da Resolução 4048 do Banco Central do Brasil que afirma: “Ficam as instituições financeiras autorizadas...”. Na verdade, conforme já restou sedimentado pelo poder judiciário, em casos de renegociação de dívidas o credor tem o dever de conceder os benefícios da renegociação e os produtores têm o respectivo direito, desde que cumpridos os requisitos legais.

Crterios

Operações de custeio da safra 2011/2012 adimplentes até 31/12/2011 poderão ter as parcelas com vencimento

no primeiro semestre de 2012 prorrogadas para até 31/07/2012. As operações de custeio de safras anteriores prorrogadas por autorização do Governo Federal, também poderão ser enquadradas.

Contudo, está expresso no normativo que estes benefícios se aplicam somente para aqueles que não têm cobertura de qualquer espécie de seguro rural.

As operações de investimento que tenham vencimento no primeiro semestre de 2012, incluindo as operações com vencimento anterior e que tenham sido prorrogadas por autorização do Governo Federal, também poderão ser enquadradas.

Para estes casos a prorrogação não dependerá da comprovação de perdas por parte do beneficiário.

Para os produtores em situação mais crítica, em que houve redução de suas rendas superior a 30% (trinta por cento), comprovada por laudo técnico, os benefícios são diferenciados, devendo a formalização dar-se até 31/12/2012.

Os produtores poderão renegociar suas dívidas de custeio da safra 2011/2012, com base no conhecido Manual de Crédito Rural, tendo direito a renegociar os débitos em até 5 (cinco) anos, com pagamentos anuais, estipulando o vencimento da primeira parcela para até um ano após a formalização da renegociação.

Operações de custeio/prorrogação

Para as operações de custeio de safras anteriores e de investimento, inclusive as renegociadas com autorização do Gover-



no Federal, fica permitida a prorrogação de até 100% das parcelas para até 1 ano após o vencimento da última parcela contratual ou possibilidade de incorporação no saldo devedor e redistribuição nas parcelas restantes, dependendo do tipo de contrato.

Ainda que a resolução não diga, é importante que o produtor protocole formalmente pedido junto ao credor a fim de que possa demonstrar que tem direito aos benefícios de prorrogação estipulados em lei, sob pena de ser prejudicado em eventual necessidade de recurso ao judiciário, como já ocorreu em diversos casos semelhantes.

De outro lado, a Resolução n. 4049 do Banco Central concedeu linha de crédito específica para Cooperativas de Produtores Rurais a fim de que seja feito repasse aos cooperados que sofreram com perdas de renda em decorrência da estiagem nos Estados do Sul.

A taxa de juros é de 6,75% ao ano, sendo o prazo de reembolso de cinco anos, incluído um de carência. Contudo, o limite de contratação por beneficiário é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e a contratação deverá ser formalizada até 31/12/2012.

Ao mesmo tempo, pela Resolução n. 4057, ficou permitida a concessão de cré-

dito a Cooperativas para renegociação de até 100% dos débitos de produtores rurais relativos à safra verão 2011/2012 localizada nos Estados do Sul em que houve a decretação de estado de emergência, desde que obedecidas as normas de operações de crédito rural.

Certamente há produtores que sofreram perdas em áreas em que não houve decretação de estado de emergência ou em áreas não contempladas como no Estado da Bahia. Neste caso o beneficiário deverá providenciar laudo técnico que ateste as perdas e protocolar o pedido junto ao credor com base no vigente Manual de Crédito Rural, item 2.6.9 que não exige norma complementar específica. Basta cumprir os requisitos legais para ter direito à prorrogação.

Por fim, vale lembrar que em todas as situações mencionadas, o credor não poderá exigir taxas de juros diferentes daquelas contratadas, nem tampouco multa, juros moratórios, tarifas ou quaisquer outras taxas estranhas àquelas constantes do contrato e permitidas para operações de crédito rural.

Fábio Lamônica Pereira; Advogado em Direito do Agronegócio
e-mail: lamonica@lamonica.adv.br

CURSOS SENAR/SINDICATO RURAL EM 2012

DATA	CURSO	MUNICÍPIO
MAIO		
28/05/2012	Corte e Costura – (manhã)	Sarandi
28/05/2012	Corte e Costura – (tarde)	Sarandi
30/05/2012	Negócio Certo Rural	Paçandu
30/05/2012	Cultivo de Eucalipto	Maringá
JUNHO		
02/06/2012	Empreendedor Rural	Maringá
04/06/2012	Artesanato em Fibra de Bananeira	Sarandi
11/06/2012	Corte e Costura – (manhã)	Sarandi
11/06/2012	Corte e Costura – (tarde)	Sarandi
11/06/2012	Artesanato em Palha de Milho – Flores	Maringá
12/06/2012	Artesanato com Recursos Turísticos	Itambé
13/06/2012	Produção de Alimentos Derivados de Milho	Maringá
18/06/2012	Apicultura	Maringá
20/06/2012	Produção de Alimentos Derivados de Milho	Sarandi
20/06/2012	Operação e Manutenção de Tratores	Dr. Camargo
25/06/2012	Artesanato em Palha de Milho – Bonecos	Maringá
25/06/2012	Operação e Manutenção de Motosserras	Maringá
JULHO		
04/07/2012	Artesanato em Palha de Milho – Flores	Maringá
18/07/2012	Casqueamento e Ferrageamento – Equinos	Maringá
AGOSTO		
08/08/2012	Artesanato em Palha de Milho – Bonecos	Sarandi
13/08/2012	Operação e Manutenção de Tratores	Maringá
22/08/2012	Produção de Alimentos Cristalizados e Desidratados	Maringá
09/08/2012	Corte e Costura – (manhã)	Maringá
09/08/2012	Corte e costura – (tarde)	Maringá
08/2012	Mulher Atual	Maringá
SETEMBRO		
14/09/2012	Corte e Costura – (manhã)	Maringá
14/09/2012	Corte e Costura – (tarde)	Maringá
26/09/2012	Cultivo de Plantas Medicinais	Sarandi

SINDICATO RURAL REALIZA CURSOS DA ÁREA RURAL NA EXPOINGÁ 2012

10/05/2012	Farragicultura – Manejo de Pastagens	Maringá
10/05/2012	Manejo Gado de Corte	Maringá
11/05/2012	Regulagem de Colheiteadeira	Maringá
14/05/2012	Manejo Gado de Leite	Maringá
15/05/2012	Manejo de Ovinos	Maringá
16/05/2012	Produção de Alimentos Derivados de Leite	Maringá
17/05/2012	Casqueamento de Bovinos	Maringá
18/05/2012	Produção de Conservas, Molhos e Temperos	Maringá
19/05/2012	Conformação e Avaliação de Vacas Leiteiras	Maringá



Os interessados deverão procurar informações no Sindicato Rural de Maringá pelo telefone 3220-1550 ou senar@sindrural.com.br com antecedência para proceder as inscrições



CURSO EMPREENDEDOR RURAL

DATA: 02/06/2012 A 29/09/2012 (aos sábados)

LOCAL: SINDICATO RURAL DE MARINGÁ
INSTRUTOR: LUIZ CARLOS GROSSI (ZINHO)

Objetivo: Desenvolver o poder pessoal dos empreendedores do agronegócio ampliando sua capacidade influenciadora nas transformações do setor e da sociedade.

Carga Horária: 136 horas
Vagas: 20 a 25 alunos
Idade mínima: 18 Anos

Conteúdo Programático:
- O Programa Empreendedor Rural
- O empresário rural e suas competências

- Fundamentos econômicos
- Especificidade do setor agropecuário
- A família e a propriedade rural
- Ciclos de vida das pessoas e das empresas
- Planejamento participativo das empresas
- Globalização e políticas econômicas
- Cadeias Agroindustriais
- Estratégias de comercialização
- Instituições da Agropecuária
- A legislação agrária
- O setor rural e o meio ambiente
- Funções da administração rural
- O projeto e as ações futuras

CURSO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MOTOSSERRA

DATA: 25 A 29/06/2012 (período integral)

LOCAL: SINDICATO RURAL DE MARINGÁ
INSTRUTOR: LUIZ CARLOS DE MATOS

Objetivo: Empregar técnicas corretas de operação de motosserra no corte polivalente de árvores.

Carga Horária: 40 horas
Vagas: 4 a 6 alunos
Idade mínima: 18 Anos

Conteúdo Programático:
- Normas de segurança
- Apresentação dos equipamentos de

segurança e ferramentas de trabalho
- Instrução sobre motosserra profissional (detalhes do funcionamento)
- Demonstração geral de corte;- Afição e amaciamento da corrente
- Manutenção diária, semanal e quinzenal
- Traçamento – sensibilidade de corte na ponta do sabre
- Derrubada e desgalhamento de árvores
- Técnicas e cortes especiais
- Prática de corte de árvores

Uma parceria de notícias para o produtor rural

O Sindicato Rural e SENAR promovem cursos e a **Tribuna de Paçandu** divulga em suas edições.

Tribuna de Paçandu - ano 12

e-mail: luciene_timbo@uol.com.br - Fone: 3029-6389

De um upgrade na sua vida profissional

Matricula-se já

Cursos Profissionalizantes

Técnico em Enfermagem
Enfermagem do Trabalho
Técnico em Estética
Técnico em Radiologia
Técnico em Transações Imobiliárias
Cursinho Pré-vestibular

Marco Andreotti

www.opcaotreinamentos.com.br
www.ibracin.org.br
www.marcoandreotti.com.br
www.terraceu.com.br

44.3265-1080

IBRA OPCÃO TerraCéu



ADMINISTRAÇÃO RURAL

Gerenciamento da produção, caminho único para o sucesso da atividade rural

Uma ferramenta mais do que importante: planejamento estratégico, considerando ambientes externo e interno/organizacional

Segundo a administradora de empresas e especializada em gestão rural, Alessandra Meira Barros, gerenciar a propriedade rural, vislumbrando o crescimento da produção, é considerado pelo produtor rural um desafio, diante do panorama competitivo da cadeia de produção e distribuição. É indispensável que o agricultor não somente adote medidas zelosas para acompanhar o desempenho econômico financeiro, mas que realize o processo de planejamento e, sobretudo, defina quais as ferramentas de gestão que devem ser implementadas na propriedade.

O Planejamento Estratégico é uma ferramenta indispensável. Ele faz diferença no que diz respeito à ampliação da capacidade produtiva futura e diminuição dos custos na propriedade rural. Diante deste mecanismo de gestão, as empresas rurais atribuem em seus negócios maturidade, alcançam crescimento econômico e financeiro. Ainda, neste contexto, são percebidas melhorias relativas aos propósitos da organização, inclusive na melhoria contínua do processo de comunicação entre produtor e funcionários. Ao mesmo tempo, o planejamento estratégico promove a consciência para o desenvolvimento estruturado do trabalho

em equipe.

O planejamento nada mais é senão uma função administrativa e, por isso, tem como objetivo alcançar resultados através de processos estratégicos, táticos e operacionais.

O Planejamento considerado estratégico abrange análise do Ambiente Externo e do Ambiente Organizacional. A respeito da análise do Ambiente Externo, as oportunidades e ameaças são consideradas fatores que podem ser aproveitados ou então evitados. Já o Ambiente Organizacional permite que o produtor perceba tanto as forças quanto as fraquezas da organização, tais como:

produto, recursos financeiros, relacionamento com fornecedores e clientes, prazo de entrega e produtividade. **Veja quadro ao lado.**

Ao realizar o Planejamento, o produtor deve mapear o cenário externo e interno integral da propriedade. Quanto ao ambiente externo, é possível compreender as oportunidades que envolvem a propriedade. Em relação ao ambiente interno, o gestor deve se perguntar como estes fatores influenciam sua produção. Neste aspecto, a falta de controle de estoque, por exemplo, pode comprometer o nível de serviço e ocasionar alto custo de armazenagem para o produtor. Quanto ao item



localização, é importante ressaltar que o acesso deve estar sempre disponível, pois um tipo de transporte inadequado pode ocasionar má distribuição de produtos/serviços à propriedade e afetar a qualidade logística. Outro item importante é a competitividade da organização, ou seja, como caminha a participação de seu produto no agronegócio.

AMBIENTE EXTERNO	AMBIENTE INTERNO ORGANIZACIONAL
↓	↓
OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS
Aumento do consumo mundial por alimentos	Controle de estoques
Aumento de produção para exportações	Localização
Solo e clima privilegiados	Competitividade
Potenciais áreas cultiváveis	Qualidade



Melhoria contínua. Indispensável

Procedimentos simples adotados no dia-a-dia da propriedade rural possibilitam desenvolver análise gerencial do planejamento adequado e, ao mesmo tempo, auxiliam tomadas de decisão, proporcionando às propriedades rurais a gestão com foco em resultados.

Outro caminho a ser seguido é a introdução do Controle de Custos na organização por desempenhar papel essencial como instrumento gerencial para o Planejamento Estratégico de sucesso. O Controle de Custos possibilita acompanhar a constante evolução de sua empresa através da avaliação econômica de cada setor de produção. Sendo assim, um modelo a ser citado é o Plano de Contas.

O Plano de Contas deve ser realizado numa planilha e para cada centro de custo, seja ele fixo ou variável. Cada item é composto de acordo com as subdivisões. Em resumo, consiste em introduzir de forma organizada mão de obra, assistência técnica, alimentação, impostos, entre outros.

Adotar o controle de custos, à primeira vista para o produtor, pode parecer complicado devido ao começo da fase de adaptação.

Entretanto, existem empresas especializadas na área de consultoria e assistência técnica que podem essencialmente estabelecer condutas adequadas para as propriedades, a partir do desenvolvimento de controle dos índices de produtividade sugeridos. Outra atitude apropriada ao produtor é buscar aprendizado através dos cursos oferecidos pelas

instituições.

O processo de Planejamento Estratégico envolve melhorias contínuas, pois os desafios devem ser extrapolados constantemente. Considerando as principais estratégias de planejamento adotadas pela propriedade rural é possível descrever os processos de implementação e formulação:

Diagnóstico

Execução inadequada dos processos produtivos da propriedade comprometendo a capacidade produtiva.

Políticas Adotadas

Necessidade de reestruturação no quadro de funcionários

Plano de Ação

Renovação de funcionários através de treinamentos de capacitação/desenvolvimento pessoal

Focar os desígnios da organização na transformação de seus processos produtivos relacionados ao controle de qualidade da matéria prima, ao monitoramento das instalações, ao acompanhamento dos equipamentos da propriedade e, sobretudo, na capacitação da mão de obra, possibilita que a empresa busque atender as necessidades do mercado. Em resumo, não basta

ser apenas competitivo, é necessário oferecer ao mercado o produto desejado, no prazo que ele necessita e na qualidade esperada, com o melhor preço. Por certo, diante das principais limitações encontradas pelo produtor /gestor no dia a dia, o mais admirável é que as propriedades sejam capazes de gerar mudanças e ao mesmo tempo, se adaptar a elas.

Qualidade e competitividade. Tudo a ver

A qualidade está diretamente relacionada à competitividade. Bens e serviços de alta qualidade podem dar a uma organização uma considerável vantagem competitiva. Boa qualidade reduz custo de retrabalho.

O Planejamento Estratégico é importante, pois orienta a organização a determinar seus objetivos, através do diagnóstico de cenários da propriedade, bem como a formulação da Missão e Visão considerando o alcance de maior competitividade.

A Missão é a razão da existência da propriedade, o motivo pela qual ela existe. Quanto à Visão, ela é baseada naquilo que a empresa deseja ser em determinado espaço de tempo.

Na opinião de Chiavenato, os Fatores Críticos de Sucesso são os elementos condicionantes no alcance de objetivos da organização. Ou seja, são aspectos ligados diretamente ao sucesso da organização. Eles representam aquilo que a organização

deve ter para atender as necessidades do mercado.

Exemplos:

- Posicionamento competitivo: onde você se encontra em relação aos concorrentes?
- Inovação: qual foi a mudança ocorrida quanto à melhoria dos processos na propriedade?
- Produtividade: como se encontram a quantidade e qualidade de recursos empregados para produção.

Além de analisar as etapas do processo de execução do Planejamento Estratégico, o produtor também poderá identificar o seu perfil, respondendo aos seguintes questionamentos:

- Quem somos?
- Onde queremos chegar?
- Quais os fatores internos e externos do ambiente?
- Como iremos realizar?



SE VOCÊ QUER AS LAGARTAS DO LADO DE FORA DA SUA LAVOURA, CONTE COM PREMIO®.

Agora sua lavoura, sua produtividade e sua rentabilidade estão muito mais protegidas. É só aplicar Premio®.

- Alta eficiência no controle das lagartas, mesmo as mais difíceis;
- Longo período de controle;
- Molécula Rynaxypyr®: modo de ação único e eficiente;
- Rápida parada alimentar: mais segurança para sua lavoura;
- Seletivo a insetos benéficos, inclusive abelhas;
- Contribui com o Manejo Integrado de Pragas (MIP);
- Mais favorável ao homem e ao meio ambiente.

Premio®. Proteção para sua lavoura. Rentabilidade para você.



Os milagres da ciência

Saiba mais: 0800 707 5517
www.dupontagrica.com.br

ATENÇÃO

Este produto é perigoso e usado humanamente e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo. Não fume e não beba. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade. CONSULTE SEMPRE UM ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ZENALDO DE BRITTO, AGRÔNOMO.

Faça o Manejo Integrado de Pragas. Descarte corretamente os embalagens e restos de produto.

Premio® e Rynaxypyr® são marcas registradas da DuPont®. ©Copyright, 2008 DuPont do Brasil S/A. Todos os direitos reservados.

www.chapebraz.com.br

CHAPEBRÁZ
A MARCA DO SEU CHAPÉU

O VERDADEIRO
CHAPÉU DE COWBOY

Av. Cristóvão Colombo, 1776 - Cx Postal 170 - CEP 86990-000
Maringá - PR. Tel.: (44) 3232-1210 - chapebraz@chapebraz.com.br



ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Análise do solo: maior produtividade, fim do desperdício

Breno Araújo,
engenheiro agrônomo
(Equipe ReHAgro)

A análise do solo tem sido o instrumento mais usado para avaliar a fertilidade do solo. Por meio dos resultados da análise é possível determinar as doses de corretivos e fertilizantes para garantir maior produtividade das lavouras. É comum observar recomendações inadequadas de insumos devido à falta de critérios durante a interpretação da análise de solo. Daí, surgem os prejuízos provocados pela compra em excesso, além das perdas de produtividade das culturas, provocadas pela sub ou superestimação de corretivos e fertilizantes.

Uma adequada recomendação de calagem e adubação começa pela amostragem correta do solo. Se a amostragem não for corretamente executada, conseqüentemente, a análise química, a interpretação e a recomendação propriamente dita não serão verdadeiras.

Acidez do solo

A maioria dos solos brasileiros apresenta limitações ao estabelecimento e desenvolvimento dos sistemas de produção de grande parte das culturas, em decorrência dos efeitos da acidez. Quando em excesso, a acidez pode ocasionar alterações na química e fertilidade, restringindo o crescimento das plantas. Tais restrições podem ocorrer na camada 0-20cm que é mais explorada pelas raízes e, também, em camadas mais profundas 20-40cm, reduzindo o crescimento radicular e limitando a absorção de água e nutrientes.

Portanto, é necessário eliminar os efeitos negativos da acidez do solo por meio da calagem na camada arável (0-20cm) e pela gessagem na camada subsuperficial (20-40cm). Não existe uma definição clara sobre o melhor método para determinar a necessidade de calagem, ou seja, a quantidade de corretivo a ser aplicada no solo.

Qual método escolher?

A escolha do método deve ser base-



Diferença do volume de raiz entre plantas de milho deficientes em Ca (esquerda) e adequadamente nutridas (direita). Fonte: Fancelli (2007)

ada em diversos fatores que vão desde a análise até o manejo que é utilizado no solo. Existe uma regionalização a respeito dos métodos. A região Sul utiliza predominantemente o método SMP (solução tampão) para se atingir o pH em água de 5,5; 6,0 ou 6,5. Nas regiões Sudeste e Centro Oeste, utiliza-se o método da saturação por bases com recomendações entre 30 e 70%, e nas regiões Sudeste, Norte e Nordeste, o critério do Al, Ca e Mg trocáveis (Sousa et al., 2007).

Os benefícios da calagem não se restringem apenas à redução da toxidez e fornecimento de Ca e Mg. Observa-se também um positivo sobre a disponibilidade de macro e micronutrientes. Cuidados devem ser tomados para que

o pH não alcance valores superiores a 6,3 – 6,8, pois, em níveis de pH acima dessa faixa, a disponibilidade de micronutrientes (com exceção do molibdênio e cloro) fica bastante comprometida e a eficiência nas adubações nitrogenadas tende a ser reduzida, devido às maiores perdas de amônia por volatilização.

Apesar do conhecimento dos benefícios dessa prática, a subutilização da calagem é ainda um dos principais fatores que determinam a baixa produtividade de muitas culturas no Brasil. Diante disso, é preciso compreender que o investimento em fertilizantes e insumos para manejo das culturas deve ser coerente com a situação da fertilidade do solo, a começar pela acidez.



CAMPOS VERDES INSUMOS AGRÍCOLAS

Sementes de soja, milho e trigo. Defensivos agrícolas e fertilizantes. Máquinas e pulverizadores.

44 3032-2255 - MARINGÁ, PR - camposverdes@wnet.com.br

EMPREENDEDORISMO RURAL

Sítio do Lelo. Aliás, Laticínio Cathedral

Luiz Carlos Rizzo

A velha e amassada placa de alumínio Sítio do Lelo, para quem não sabe, indicaria apenas mais uma pequena propriedade que faz das tripas coração para sobreviver financeiramente. Mas, ao adentrar o sítio, o visitante se depara com um muito bem estruturado pequeno laticínio que, não preocupado com gigantismo e nem com ostentação, faz do trabalho árduo de domingo a domingo, o caminho para o empreendimento de sucesso.

Eis o Laticínio Cathedral, uma bem sucedida experiência das famílias Pequeno e Carreira, todos parentes, que, localizado em Maringá, na área rural na saída para Astorga, vem crescendo com a cabeça nas nuvens e pés no chão consciente de que não pode cutucar a onça com vara curta. (Leia-se: nada de confrontar com os grandes do mercado, mas ocupar apenas um nicho).

Curiosamente, o empreendimento nasceu quase por acaso. O sítio do Lelo, homônimo ao nono Rogério Carreira Pequeno, 80 anos, ainda vivo, embora com a saúde abalada, partiu para a verticalização da atividade para melhorar o desempenho financeiro da propriedade mesmo sabendo que o trabalho dobraria, triplicaria. Há quatro anos, os 1.000 litros de leite produzidos pelas vacas holandesas tinham que ser escoados. Entregar para os laticínios significava pagar para trabalhar por causa do baixo preço do leite. A alternativa: vender o produto a duas grandes sorveterias de Maringá. Mas, como o leite era entregue in natura, a fiscalização fechou o cerco por causa das exigências sanitárias.

Para cumprir a legislação, os empreendedores e irmãos Rogério Carreira Pequeno Filho e Valdir Carreira Pequeno investiram na instalação de um pequeno laticínio. A mão-de-obra, desde o começo e até hoje, é estritamente familiar: primos Ricardo e Camila, filhos dos irmãos empreendedores, genro David e Aloísio, na administração, o único que veio de fora. Sílvia, esposa de Rogério, também participa, é claro.

Comendo pelas beiradas, o Laticínio Cathedral busca espaços oferecidos pelo mercado. A produção diária atual de 4.000 litros pausterizados é entregue a



Sítio do Lelo, transformado em Laticínio Cathedral: da união e de muito trabalho das famílias Pequeno e Carreira, uma experiência bem sucedida de empreendedorismo rural

diversos compradores: duas sorveterias de grande porte, programa estadual Leite das Crianças e também no comércio varejista de diversos bairros de Maringá. Como as 50 vacas em lactação não dão conta da matéria-prima necessária ao laticínio, os empreendedores também compram leite da vizinhança, pagando sempre um pouco a mais em relação à tabela do Conseleite.

Mussarela, bebidas lácteas

Rogério Nunes Carreira, gerente de produção e uma espécie de “coringa” no laticínio, está preocupado não com o excesso de trabalho diário, mas com a ociosidade dos pausterizadores e resfriadores no inverno. Este problema começará a ser resolvido nesta temporada de frio, quando os empreendedores – depois de cursos e treinamentos – vão produzir queijos Minas frescal, mussarela, provolone e bebidas lácteas.

Problema resolvido? Longe disso. Vai começar outra batalha: a conquista de um nicho de mercado onde os fornecedores são grandes e tradicionais empresas que despejam na mídia milhões de reais para conquistar os consumidores.

— Não queremos brigar com ninguém. Já que temos leite pausterizado para oferecer ao mercado, por que também não oferecer outros produtos derivados do leite? Não vamos jogar os preços lá embaixo para conquistar mercado, mas sim oferecer alta qualidade. Estamos conscientes de que nossos concorrentes também oferecerão boa

qualidade e são poderosos. Nada de soltar rojão. Queremos apenas agregar valor ao leite que produzimos ou compramos dos vizinhos, diz o gerente de produção.

Realistas, os empreendedores e envolvidos nas atividades diárias do Laticínio Cathedral sabem que trabalho vem antes do sucesso somente no dicionário. Por isso que continuarão trabalhando de domingo a domingo, acordando de madrugada e terminando o expediente quando o sol se põe. O único dia da semana em que o laticínio não funciona é no domingo. Mas, o trabalho não para. Todos se envolvem nas atividades do sítio de 16 alqueires, onde sempre tem trabalho de sobra para executar.

Aqui também não existe posição privilegiada. O gerente de produção, se precisar, assume o volante e faz a entrega diária do leite pausterizado. O sócio-fundador



Valdir Carreira Pequeno, com as roupas simples de um trabalhador braçal, é um faz-tudo. O outro sócio-fundador Rogério Carreira Pequeno, responsável pelas entregas diárias, também é outro coringa.

No Laticínio Cathedral, parece que todos leram o famoso romance lançado em 1844 pelo escritor francês Alexandre Dumas, Os Três Mosqueteiros, cujo lema é: um por todos, todos por um. É a prática diária da união e da confiança de uma família que, em vez de ficar no muro das lamentações pelo preço-baixo-do-leite, optou em ir à luta e comprovar que, com trabalho árduo, o resultado financeiro é melhor. E a satisfação pessoal, idem. Uma conquista cotidiana para quem tem o mesmo sangue familiar nas veias e a determinação em trabalhar coletivamente para perpetuar o Sítio do Lelo. Ou melhor, Laticínio Cathedral.



tramare art
www.tramareart.com.br
44 3029-5050
Av. Senador Petrônio Portela, 1147
Maringá-PR

Waterkemper Terapias Naturais

MASSAGENS ORIENTAIS, AYURVÉDICA, DESPORTIVO, DRENAGEM LINFÁTICA, LABORAL, QUICK MSG, QUIROPATIA, RELAXANTE, REFLEXOLOGIA QUIRO-PODAL, SHIATSU, SHANTALA, TUIJIA, TAILANDESA.

- * Ativar a circulação
- * Regular as funções do corpo através do sistema nervoso
- * Harmonizar o corpo através das glândulas endócrinas
- * Aumentar a capacidade de imunização
- * Tirar a tensão muscular e promover o seu relaxamento
- * Diminuir o stress e equilibrar a psique

CLAUDINEI WATERKEMPER
(Formado pela Associação Japonesa de Reflexologia Chinesa) e
(Formado pelo Cempa - Centro de Educação Agata) CHIARUJIN

Massagista Reflexologista

Rua Lopes Trovão, 151 - Sala 101 - Edif. Lavoisier - Zona 04
CEP 87014-080 - Maringá - PR - Fone: (44) 3028-6568
(44) 8828-6664 / 9114-3993 / 9936-4167



GRATIDÃO

Moacir Micheletto: a luta continua

“A gratidão é a memória do coração. Portanto, cada produtor rural do Paraná e do Brasil jamais poderá se esquecer da importância das lutas lideradas pelo deputado federal Moacir Micheletto. Ele se foi, mas seu exemplo de perseverança e a sua determinação para que a agricultura fosse reconhecida com justiça tanto pelas políticas agrícolas quanto pelos consumidores urbanos devem fortalecer nossas ações para sempre”.

A afirmação, do presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, reflete o sentimento dos produtores rurais pela perda – em acidente automobilístico no final de janeiro, no oeste do Paraná – do parlamentar brasileiro mais comprometido com as causas da agricultura. Embora tivesse

que zelar pelos interesses das cidades que representava, Micheletto, porém, jamais escondeu que o maior compromisso na Câmara Federal era com o campo. E, a bem da verdade, alertava para os candidatos oportunistas que, a cada eleição, pulavam de para-quedas aqui ou acolá intititando-se (falsamente) como “porta-vozes” dos agricultores. Estes, claro, queriam apenas o voto dos ruralistas. Nada mais.

Micheletto, conhecido (e reconhecido) como o mais autêntico representante da agricultura, não se intimidava. Ao ex-presidente Lula e à presidente Dilma Rousseff, mesmo pertencendo a um partido da base aliada do governo (PMDB), falava com muita firmeza em defesa dos interesses do campo. Alertava e não dei-

xava de pressionar ministros da área econômica.

Injustiçado

Também não se importava em ser “linchado” pelos ambientalistas. Defensor ferrenho da renegociação das dívidas rurais, encarou de frente as maldosas acusações feitas por ambientalistas quando da luta pela aprovação de um novo Código Florestal que combinasse preservação ambiental com agricultura empresarial. Recebeu – injustamente – o apelido de “deputado moto-serra” por parte dos ambientalistas que, em muitas situações, radicalizavam as discussões por falta de argumentos técnicos.

“Micheletto, com firmeza de atitudes



e voz serena, agricultor de carteirinha e agrônomo por profissão, deixa um vazio que dificilmente será preenchido com a mesma qualidade e desenvoltura. Ele se foi, mas seu exemplo é o maior patrimônio que nos deixou. Cabe a cada um de nós honrar sua memória continuando a luta que, como parlamentar, era nosso grande líder”, completa José Antônio Borghi, presidente do Sindicato Rural de Maringá, entidade com a qual Micheletto mantinha estreita relação.

Micheletto, um herói com causa

Por Glauber Silveira*

Perdemos um grande homem, um grande general na defesa dos interesses do setor produtivo e do Brasil. Eu tive a oportunidade de conviver, nos últimos dois anos, com o Deputado Micheletto. Um período de grande aprendizado para mim, pois, quanto mais eu o conhecia mais o admirava, pela sua simplicidade, seu jeito brincalhão e sempre muito firme naquilo que defendia.

Em diversas oportunidades pude presenciar a garra com que ele enfrentava os problemas, dos mais complexos, e a forma destemida como a dos grandes guerreiros em ir para uma batalha, sem

se importar se ao final dela iria sair sem vida, a ele importava a causa, Micheletto tinha seus ideais e isto norteava sua vida.

Homem simples formou-se em agronomia, começando sua atividade profissional como extensionista agrícola pela EMATER/PR, atividade a qual exerceu por 18 anos. A extensão rural foi sua grande base, já que pode acompanhar de perto todos os gargalos da produção rural do Brasil. A política estava em seu sangue, sendo sempre um defensor classista, foi presidente de associação de engenheiros agrônomos, diretor cooperativista, presidente do Sindicato Rural da mesma cidade.

Micheletto foi um dos fundadores da Frente Parlamentar Agropecuária, ele

sempre entendeu que os parlamentares precisam atuar em bloco, era daqueles que não importa quem sai na foto, o importante é termos resultado que tire um sorriso dos sofredores do campo. Micheletto presidiu a Frente Parlamentar de Cooperativismo, tinha a união em seu sangue.

No decorrer dos seus seis mandatos, Micheletto foi um guerreiro determinado, tornou-se um grande general, daqueles que não importa onde será a batalha, o que importava era a causa, o objetivo. Micheletto era um general experiente e estudava minuciosamente cada combate. Era um líder nato e por isto foi escolhido para presidir a Comissão Especial do Código Florestal, uma comissão como esta precisava de um

sábio, com a garra e a força de um leão.

Micheletto é uma daquelas pessoas que merecem um livro, um busto, mas sem dúvida, independente disto, jamais será esquecido, suas ações e atitudes serão para sempre lembradas e servirão de exemplo para as incontáveis batalhas e discussões que ainda teremos na busca de dignidade ao setor produtivo.

Glauber Silveira é engenheiro agrônomo com MBA em Gestão Empresarial de Cooperativas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e atua em diversas entidades relacionadas ao agronegócio.

PERFIL

Micheletto nasceu em Xanxerê, Santa Catarina, em 1942. Morou em Toledo, mas foi estudar Agronomia na Universidade de Passo Fundo (RS), pela qual se formou em 1972. No ano seguinte, ele foi morar em Assis Chateaubriand, no Oeste do estado. No município, desempenhou atividades ligadas à agricultura e realizou diversos cursos e treinamentos na área.

Antes de ser deputado, trabalhou por 18 anos na Emater e desempenhou funções de chefia em associações de agrônomos, cooperativas e companhias agrícolas. De 1993 a 1999, foi vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Em 1991, assumiu o primeiro mandato como deputado federal. Reeleito, foi presidente da Subcomissão Permanente para tratar da política Agropecuária da Câmara dos Deputados. Micheletto era filiado ao PMDB desde 1982 e exercia o sexto mandato como deputado federal. Reeleito em 2010, o mandato iniciado no ano passado terminaria em 2015. Era casado com Diolinda Salette, com quem teve três filhos: Marcel Henrique, 32 anos; Leonardo Augusto, 27; e Ana Letícia, 25.

Eles disseram...

Ágide Meneguette, presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep): “Ele foi um batalhador, mas infelizmente não vai ver a presidente da República sancionando o projeto que ele trabalhou mais de 10 anos e, que se não saiu aquilo que ele imaginava, foi o possível na luta que foi travada na aprovação do Código Florestal”.

José Antônio Borghi, presidente do Sindicato Rural de Maringá: “A impressão que fica é que, neste momento, nós, produtores rurais, estamos praticamente órfãos na Câmara Federal”.

Mendes Ribeiro (PMDB), ministro da Agricultura: “Foi uma figura de ponta da agricultura brasileira. Muitas vezes, ele foi liderança em projetos discutidos no Congresso. Vai ser difícil achar outro Micheletto.”

Kátia Abreu, senadora (PSD-TO) e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA): “Foi um companheiro leal e firme. Para o setor agropecuário é uma perda imensa. Assumiu a defesa do Código Florestal quando ninguém queria tomar a frente no assunto.”

Aldo Rebelo (PCdoB), ministro do Esporte e relator do Código Florestal na Câmara: “Trabalhei muito próximo a ele na elaboração do novo Código Florestal. Uma liderança que lutava pela agropecuária e que por isso várias vezes foi cogitado para ser ministro.”

Gleisi Hoffmann (PT), Ministra Chefe da Casa Civil, via Twitter: “Um grande defensor da nossa Agricultura!”

Governador Beto Richa (PSDB): afirmou que o deputado era um grande defensor do Paraná em Brasília. “Ele participava ativamente de todas as reivindicações do Paraná em Brasília, principalmente no que se refere ao meio rural”, destacou.

Geraldo Alckmin (PSDB), governador de São Paulo: “O Brasil perde um

grande defensor da nossa agricultura e um parlamentar honrado”.

Waldyr Pugliesi, presidente estadual do PMDB no Paraná: “Micheletto era uma liderança muito forte nas questões ligadas ao campo. Era um companheiro e meu amigo pessoal, estou muito chateado”

Rocha Loures (PMDB), assistente especial da vice-presidência da República: Perco um amigo e companheiro. Fará falta na defesa dos interesses do PR, sobretudo na agricultura e especialmente no Oeste, onde era líder absoluto”

Roseane Ferreira (PV), deputada federal pelo Paraná, via Twitter: “Ideologias a parte, todos nós Paranaenses lamentamos a morte do Deputado Moacir Micheletto. Um homem aguerrido na defesa de suas ideias”

Luiz Carlos Hauy (PSDB), Secretário da Fazenda do Paraná, via Twitter: “Lamento profundamente a morte do colega Deputado Federal, Moacir Micheletto. Ele sempre lutou em defesa da agricultura”

Sérgio Souza (PMDB), senador pelo Paraná: “O Paraná e o Brasil perderam um dos maiores defensores da Agricultura deste país. Sentiremos sua falta”

Edmar Arruda (PSC), deputado federal pelo Paraná: “Grande perda para o Paraná”.

Valdecir Mokwa, empresário no ramo da contabilidade rural em Maringá: “Trabalhei por muito tempo como voluntário do deputado federal Moacir Micheletto tanto no sudoeste quanto no norte e noroeste do Paraná porque, assim como outras milhares de pessoas, sempre acreditei na sinceridade de sua ação parlamentar em defesa intransigente dos produtores rurais. Micheletto, prioritariamente, sempre defendeu a causa do homem do campo e, por causa de sua autenticidade, teve como resposta o apoio maciço de quem ele representava. Já está fazendo muita falta a todos nós.”

O melhor da vida habita no coração de quem aqui faz morada.

Maringá, 65 anos



USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.



CRIAÇÃO DE PEIXES

Receber alevinos e vendê-los na fase juvenil. Eis uma boa opção para diversificar a renda

Produtor rural, sabe aquela mina de água que existe em sua propriedade? Pois é: dependendo de uma avaliação técnica, ela pode ser o ponto de partida para uma renda alternativa durante (quase) o ano inteiro. Dá trabalho, mas compensa. Trata-se da criação de peixes em escala comercial. E quando a comercialização é garantida assim que os peixes cheguem à fase juvenil? Melhor ainda.

Pensando nisto, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná desenvolverá um projeto de soltura de peixes para repovoamento de rios nas principais regiões do Estado, incluindo a de Maringá. A iniciativa contará com o apoio do Grupo Massa de Comunicação, numa parceria com o empresário Carlos Roberto Massa, o popular Ratinho, figura de TV conhecida em todo o Brasil e que – até hoje – mantém fortes vínculos com sua cidade, a vizinha Jandaia, e Maringá.

O projeto consiste no repasse, pela Secretaria de

Estado da Agricultura e Abastecimento, de alevinos (filhotes de peixe) para pequenos produtores rurais, para desenvolvimento em tanques nas propriedades. Ao chegarem à fase juvenil, os peixes serão comprados pelo governo e em seguida, soltos em rios. “É um projeto importante para a preservação do meio ambiente, desenvolvimento da economia e também para criar oportunidades de lazer e turismo aos paranaenses”, garante o governador Beto Richa.

“Com esta iniciativa o Paraná dará exemplo de preservação do meio ambiente. O grupo Massa de Comunicação vai colaborar colocando seus veículos de comunicação a serviço da conscientização sobre o tema”, afirmou Ratinho.

O Secretário Estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, destaca que, além de promover a preservação dos rios, o projeto proporcionará uma alternativa de renda aos pequenos produtores rurais do Paraná.



A escolha do local. Essencial

A escolha do local é importantíssima para o êxito na produção comercial de peixes. Ela determinará o porte físico do empreendimento, seus custos de instalação e manutenção, e, conseqüentemente, a própria viabilidade técnica e financeira do negócio. Dentre os principais fatores para escolha do local, o empreendedor deve realizar uma avaliação detalhada dos seguintes aspectos:

- ✓ Mercado consumidor para a sua produção.
- ✓ Água suficiente para abastecer os viveiros;
- ✓ Lugares adequados para a cons-

trução de viveiros;

- ✓ Lagoa ou açude no local;
- ✓ Adequação do terreno para a retenção de água (argiloso, por exemplo);
- ✓ Fornecedores de alevinos e outros insumos básicos (sementes, rações, etc) nas proximidades;

Por causa da natureza do negócio, e do produto final, é essencial a observação de determinadas normas básicas de higiene e fitossanitárias mínimas para sua implantação. O empreendimento precisa funcionar longe de fontes poluentes, tal como mananciais sujeitos a despejos de indústrias químicas, ou de resíduos agrotóxicos, utilizados em



plantações.

Recomenda-se que seja consultado um centro tecnológico de aquíicultura da região para uma orientação mais detalhada sobre a localização. O empreendedor necessitará, também, de informações técnicas para construção do criatório, tais como: topografia, tipo de solo, quantidade e qualidade da água, condições climáticas da região e características da vegetação (áreas de preservação), além de fatores ligados à logística do empreendimento, como facilidade de acesso e proximidade a grandes centros.

No Brasil, o consumo per capita anual de pescado é de apenas sete quilos por pessoa. Em outros países, esse consumo chega a ser dez vezes maior como, por exemplo, no Japão (71,9 quilos ano por habitante), em Portugal (60,2 quilos) e

na Noruega, 41,1 quilos por ano, por habitante. Mesmo com um consumo interno relativamente baixo, o país ainda é o maior importador de pescado da América Latina.

O piscicultor, além de dificuldades na comercialização de seus produtos, enfrenta a concorrência de outras opções alimentares, dentre elas da carne bovina, de frango e suína. O mercado interno para consumo de pescado é bastante diferenciado, principalmente em relação às preferências dos consumidores. Em regiões centrais do Brasil, a procura por peixes de água doce é um diferencial competitivo em relação às espécies marinhas (provenientes da pesca extrativa), por causas dos custos de transporte e armazenagem.

Informações complementares: escritórios da Emater.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER 2012:

Mulheres rurais. Valorizar, sim. Sempre!

Ana Cristina Versari*

Contentamento. Algo certamente perceptível para cerca de 650 mulheres rurais, presentes em um evento especialmente organizado para esta data, no último dia primeiro de Março. Este sentimento, aliado a muita satisfação, foi sem dúvida ainda maior, para todas as pessoas que direta ou indiretamente, se envolveram com muita dedicação e comprometimento, na elaboração e organização deste acontecimento.

Este evento é resultado, pelo terceiro ano consecutivo, da bem sucedida parceria entre as entidades: Sociedade Rural de Maringá-Mulher, Comissão de Mulheres do Sindicato Rural de Maringá e Núcleos Femininos das

Cooperativas Cocamar e Integrada. E, por conta desta união mais uma vez consolidada, possibilitou-se para estas mulheres, uma tarde permeada por muitos momentos alegres, descontraídos, de conhecimento e aprimoramento pessoal.

Além de uma cativante palestra e show de mágica com Eric Chartiot, do Rio Grande do Sul, e de um coquetel oferecido com muito requinte, as convidadas assistiram a uma apresentação cultural, com um grupo de dança local. Houve ainda sorteio de brindes, gentilmente cedidos por entidades e empresas colaboradoras, tendo como local o Parque Internacional de Exposições Francisco Feio Ribeiro, em Maringá.

O fundamental apoio recebido das entidades: SEAB, SICREDI, FAEP-SENAR, SINDICATO

RURAL, EMATER E CESUMAR foi determinante para que as expectativas fossem atendidas, quer pelos organizadores, mas principalmente por todas as pessoas presentes, que vieram de várias cidades da região.

Autoridades, bem como representantes de outros segmentos de nossa sociedade, também presentes, foram unânimes ao expressar em suas falas e depoimentos, a grande importância e a contribuição eficaz que a mulher rural desempenha no atual contexto para o setor, e o quanto isto intensifica-se atualmente. A mulher rural, inserida direta ou indiretamente no agronegócio familiar, é capaz de empregar sua sensibilidade feminina bem como sua percepção nata, para desempenhar cada vez melhor suas funções neste espaço, independentemente do modo

como atue. Aliás, muito mais que isto. Ela promove com suas ações diárias, a existência de ambientes melhores para os que estão ao seu redor, com seu carisma, persistência e determinação, sendo assim, um singular exemplo.

A realização de eventos deste porte e os resultados posteriormente obtidos colaboram para que se perceba a necessidade da continuidade de tais parcerias. Parcerias estas, entre entidades que se empenham sempre, sem medir esforços, para oportunizar o desenvolvimento de todos do setor, valorizando sempre as mulheres... nossas mulheres rurais.

*Integrante da Comissão de Mulheres do Sindicato Rural de Maringá

Pioneer®, o encaixe perfeito para altas produtividades.

Veja os resultados de clientes que plantaram híbridos de milho Pioneer na safra 2012



Família Volponi		
Floresta - PR		
Híbrido	Área	Produtividade
30F35H	35,0 ha	370,0 sc/alq
30F53H	25,0 ha	350,0 sc/alq

Família Mori		
Ivatuba - PR		
Híbrido	Área	Produtividade
30F35H	15,0 ha	304,0 sc/alq

Luiz Alberto Palaro		
Floresta - PR		
Híbrido	Área	Produtividade
30F35H	15,0 ha	294,0 sc/alq



SELARIA BRASIL TROPEIRO

Selaria Brasil Tropeiro

- PRODUTOS PARA MONTARIAS EM GERAL
- FABRICAÇÃO PRÓPRIA
- PRODUTOS COM GARANTIA
- RAPIDEZ NO ENVIO DAS MERCADORIAS
- VENDAS NO ATACADO E VAREJO

Fone: (44) 3224-9577 - Av. Colombo, 6681 - Maringá/Pr

Tire as 7 principais dúvidas sobre o novo Código Florestal

Para José Antônio Borghi, presidente do Sindicato Rural de Maringá, o maior ambientalista é o agricultor que depende de um meio ambiente equilibrado para sobreviver e também porque tem uma estreita e diária convivência com a natureza. A advogada Samanta Pineda, que trabalhou no texto final aprovado pela Câmara Federal, tira as dúvidas sobre o que foi aprovado até agora.

Independentemente de como ficará o texto final do novo Código Florestal, na realidade, o maior interessado na preservação dos recursos naturais é o produtor rural. Afinal, ele vive junto aos recursos naturais e depende de um sistema equilibrado para conseguir boas produtividades e garantir a sobrevivência de sua atividade. Em resumo, não existe maior preservacionista do que o agricultor. Defendemos, dentro dos preceitos legais, a preservação das matas, dos rios e do ar e também por causa de nossa profunda identificação para com esses recursos naturais.

A afirmação é do presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, a propósito da aprovação no Senado e na Câmara Federal da reforma do Código Florestal. Ele defende uma legislação que concilie produção com preservação: uma agricultura sustentável.

O texto final depende, ainda, da assinatura (sanção) da presidente Dilma Rousseff, que sofre forte pressão de setores “ambientalistas” para que o texto sofra alterações. Isto não havia ocorrido ainda ao final da primeira semana deste mês.

A votação final do novo Código Florestal, no último dia 25 de abril, deixou muita gente na dúvida sobre o que realmente foi aprovado e sobre como isso afetará a produção rural e o meio ambiente. A advogada Samanta Pineda, uma das assessoras técnicas da Câmara Federal que trabalharam no texto final aprovado, responde as sete principais questões que geraram confusão na imprensa.

1. Há anistia aos desmatadores?

Não. Os produtores que desmataram acima do permitido por lei até julho de 2008 poderão regularizar sua situação ambiental caso se comprometam com um Programa de Regularização Ambiental e entrem para o Cadastro Ambiental Rural. Se o produtor não aderir a esses programas, ou descumpri-los, voltam a valer todas as multas por descumprimento ao antigo Código Florestal.

2. A versão final da Câmara desobrigou os produtores de aderir ao Cadastro Ambiental Rural?

Não. O trecho do texto do Senado que foi suprimido pelos deputados apenas diz respeito ao prazo para adesão. Pela versão

do Senado, os proprietários que quisessem se regularizar teriam que aderir ao CAR em no máximo cinco anos. Mas como o governo pode demorar para oferecer não se sabe como o governo vai operacionalizar o sistema, o relator Paulo Piau sugeriu suprimir do texto esse prazo, pois a demora do sistema público poderia prejudicar os produtores. No entanto, continua valendo a obrigatoriedade de adesão ao CAR para poder regularizar desmatamentos anteriores a julho de 2008. A exigência também vale para os pequenos produtores, mas o CAR para esses agricultores será mais simples, sem exigir mapas detalhados, por exemplo.

3. As matas ciliares ficaram desprotegidas?

Não. A faixa que os produtores precisam manter de mata ciliar para novos desmatamentos continua a mesma. Só foi reduzida a faixa que precisa ser recomposta nos casos em que o desmatamento ocorreu antes de julho de 2008. Ou seja: as matas ciliares que estão de pé continuam protegidas da mesma forma.

No entanto, o método de medição da largura dos rios foi alterado, e é isso que define o tamanho da área de preservação permanente (APP) que precisa ser mantida em cada margem. Rios de até 10 metros de largura, por exemplo, precisam de 30 metros de APP de cada lado. A largura dos rios, que era medida pelo leito maior atingido durante a cheia, agora passa a ser medida pela calha regular. Mas atenção: isso não libera produtores a reduzir suas APPs já existentes. Caso a mudança de medição diminua o tamanho da APP exigida, o excedente de mata ciliar poderá ser usado para a compensação de déficits de reserva legal de outras propriedades, por exemplo, mas jamais poderá ser desmatado.

4. O novo Código pode gerar mais desmatamento?

Não, mas há quem afirme que ele pode desestimular o cumprimento da lei. As flexibilizações que o novo Código traz para o cumprimento de APPs e reservas legais só se referem a áreas que já foram desmatadas, e não a áreas que ainda estão preservadas. Ou seja, para novos desmatamentos, con-

tinuam valendo as regras do Código antigo e suas alterações. Um exemplo são as APPs nas margens dos rios. No caso das APPs em beira de rios com menos de 10 metros, por exemplo, as grandes propriedades só terão que recompor 15 metros de mata em cada margem. Mas para quem quiser desmatar hoje, será obrigatório que na mesma situação sejam mantidos 30 metros.

Para alguns ambientalistas, essa medida vai premiar quem desmatou no passado e punir quem preservou, o que desestimularia o cumprimento da lei. Mas muitas áreas foram desmatadas antes de o conceito de APP aparecer na ciência ou na legislação, por isso os limites aplicados pelo Código Florestal não poderiam valer para o passado. A solução intermediária encontrada foi manter a rigidez sobre novos desmatamentos e reduzir apenas parcialmente a necessidade de recomposição de APPs.

5. Mas a soma de reserva legal e APP não vai resultar em novos desmatamentos?

Não, porque as APPs e reservas legais preservadas hoje não podem mais ser derubadas. O Código em vigor define que as propriedades mantenham todas as APPs (encostas íngremes, topos de morro, restingas, beiras de rio) mais um percentual de reserva legal (80% no bioma amazônico, 35% no Cerrado da Amazônia Legal e 20% no resto do País). Esses percentuais foram mantidos, mas os produtores agora poderão computar as APPs dentro dessas áreas. Mas o novo Código é claro: caso esse novo cálculo resulte em uma “sobra” de reserva legal na propriedade, essa área não poderá ser desmatada. O excedente de mata só poderá ser usado como servidão ambiental, para compensar a falta de reservas legais em outras propriedades do mesmo bioma.

6. Os pequenos produtores foram beneficiados?

Sim. Em propriedades com menos de quatro módulos fiscais não haverá obrigatoriedade de recomposição de reservas legais, caso essas matas ainda não existam. No caso das APPs, os pequenos produtores terão que recompor 15 metros de faixa de APP para rios de até 10 metros de largura, mas

as APPs a serem recompostas não podem superar a área de reserva legal. Em outras palavras, a recuperação de APPs ficará limitada a uma área igual a 20%, 35% ou 80% da fazenda, conforme a região do País. Mas sempre lembrando que isso vale apenas para a recuperação de áreas já desmatadas; APPs e reservas legais já existentes da agricultura familiar terão que ser mantidas.

Além do custo de abrir mão de áreas já produtivas, o que afetaria a renda do pequeno agricultor, a recuperação de áreas florestais pode ser extremamente cara. Trata-se de um serviço tecnicamente complexo, que exige a contratação de especialistas e a compra de mudas nativas, de alto valor.

7. Que regras valem para a recuperação de APPs de rios com mais de 10 metros de largura?

As faixas mínimas de APP serão determinadas pelos Programas de Regularização Ambiental (PRAs), a serem definidos por leis estaduais. Para os rios menores, o Código nacional definiu claramente um mínimo de 15 metros para rios de até 10 metros de largura, que precisa ser respeitado por todos os produtores. Acima disso, as assembleias legislativas deverão estipular as APPs mínimas a serem recuperadas, sempre lembrando que para novos desmatamentos continuam valendo as mesmas faixas de APP do antigo Código Florestal: de 30 a 100 metros em cada margem, dependendo da largura do rio. (Fonte: Sou Agro)

